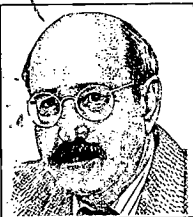


06 NOV 2006

OPINIÃO



Juarez Rizzieri*

Economia - Brasil

Como crescer com um modelo esgotado

Nossa sociedade é vítima do excesso de consumo estimulado pelo governo

O novo mandato do presidente começa com alianças partidárias voltadas para definir os acordos e as participações dos políticos na criação e gestão das políticas sociais, na formulação das reformas microeconômicas e em menor escala na orientação das políticas macroeconômicas. Aparentemente, desta vez enfrentará menos dificuldades para controlar os conflitos internos do PT. O baixo crescimento do PIB potencial tem frustrado o sucesso da política econômica em curso, que se baseia no câmbio flutuante, no superávit primário e no regime de metas de inflação, todas elas voltadas para reduzir os riscos que ainda mantêm elevada a taxa básica real de juros (Selic), na casa dos 9,5% desde 2000, usada como instrumento para o controle da inflação. A vigência de juros altos por muito tempo inibe o investimento e o crescimento da capacidade produtiva, assim fica estabelecido o grande desafio de como acelerar a queda do custo de capital para algo em torno de 5% real?

Várias propostas têm surgido. A primeira delas seria a manutenção da política atual, mas com o aprofundamento do superávit primário via corte de gastos de custeio, usando os recursos para reduzir a dívida pública interna, e rezar para que o lado externo da economia continue amplamente favorável. A redução da dívida/PIB ao nível de 35% afastaria a perspectiva de "default" dessa dívida e rapidamente reduziria a taxa de juros sem corrida inflacionária. Atingido esse patamar para a relação dívida/PIB, o montante do corte de gastos poderia ser transformado em redução da carga tributária, o que, combi-

nado com a queda dos juros poderia estimular os investimentos privados acelerando o crescimento da economia. Será que de fato esse quadro seria suficiente para induzir o investimento? Talvez, ainda não. Para tanto também seria necessário uma ampla definição do marco institucional, particularmente, o marco regulatório, o direito de propriedade, a redução dos encargos trabalhistas e a desburocratização das relações do Estado com o setor privado. Aí sim, a economia marcharia para o crescimento com geração de emprego e riqueza.

O crescimento econômico não é puramente uma questão de vontade nacional ou de um regime de metas

Uma segunda proposta seria transformar parte dos gastos de custeio em investimentos na infra-estrutura e colocar os projetos das PPP em movimento. O governo que gasta ao redor de 20% em custeio e apenas 2% em investimento, poderia investir pelo menos 6%, como nos anos áureos de crescimento econômico. Isso não só alavancaria de forma direta o crescimento da renda, como serviria de plataforma para estimular os investimentos privados, que também seriam ampliados devido à queda nas taxas de juros, porque o crescimento geraria mais tributos para reduzir a dívida. Com a queda dos juros aumenta o investimento externo líquido e a taxa de câmbio se desvaloriza estimulando o saldo na balança comercial. No final haveria uma

recomposição entre os componentes da demanda agregada, mas sem pressão inflacionária porque o setor de bens de capital tem excesso de ociosidade.

Esse modelo é menos arriscado do que a terceira proposta, que preconiza primeiro reduzir, na canetada, a taxa de juros e destinar os juros indevidos para investimento na infra-estrutura e reproduzir o acima descrito. Neste caso, o risco efetivo que se corre é transformar juros a não ser pago em despesas de custeio, alimentando o consumo e a inflação. Isso exigiria a volta dos juros altos e o descrédito da política econômica do governo.

Nesses termos, gostaria de ponderar que o crescimento é o resultado das altas taxas de investimento na exploração das oportunidades geradas num ambiente favorável de funcionamento do mercado, não é uma questão de vontade nacional ou de um explícito regime de metas de crescimento planejado. Este último é inoperante, mas o Estado pode cooperar com o processo de crescimento, investindo em atividades que gerem externalidades (benefícios) para os projetos privados, criando e incentivando programas que estimulem ganhos de produtividade, executando políticas macroeconômicas consistentes e se responsabilizar por programas sociais sem a dimensão do populismo. Mas a atuação do Estado não se tem restringido a isso, e sim ampliando, continuamente, sua participação na economia gerando um modelo de produção e repartição da renda esgotado, fazendo com que o Brasil cresça apenas metade da média mundial e um terço dos emergentes. Estamos sendo vítimas

de um modelo que tem excesso de consumo estimulado pelo governo e carência de poupança nacional reduzida pelo mesmo governo. Esse modelo está esgotado, pois contribui para o crescimento do Estado muito acima do baixo crescimento da nação. O Brasil teve um crescimento vigoroso no pós-guerra até meados dos anos 70, quando chegou a ser a oitava economia do mundo. Foi um processo marcado pela substituição de importações, a indústria se fortaleceu num mercado oligopolizado ou monopolizado, quando estatal.

Os tempos mudaram. Ao continuar ignorando a oportunidade de promover uma maior abertura da economia como forma de promover os ganhos de produtividade e competitividade, além de investir nas reformas que reduzam o custo Brasil para as empresas, este governo deverá terminar seu mandato com uma carga tributária acima dos 40%. Não seria de estranhar, porque esse modelo é compatível com a ideologia que alimenta a estratégia política do socialismo moderno, ou seja, um Estado forte para retirar renda dos que têm o privilégio de produzir e trabalhar para os que foram excluídos em um modelo socialmente injusto. Os que ainda não evoluíram ideologicamente vão além, pois ainda preferem o Estado também produtor, fechando assim o ciclo do poder, que somente é consistente com um só partido político governado por companheiros ditadores, messiânicos, portadores do iluminismo... Pena que a História já tenha descartado esse modelo.

* Professor da FEA-USP. Próximo artigo do autor em 27 de novembro